

Terça-feira

Teresina, 11 de outubro de 2016



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

(86) 98889-9588

● ANO XXX Número 10.909

● www.diariodopovo-pi.com.br

● Piauí: R\$ 2,00 - Outros Estados R\$ 3,50

## ■ AJUSTE FISCAL

# Bancada piauiense vota a favor da PEC dos Gastos Públicos

**Apenas dois dos dez deputados e a senadora Regina Sousa discordam da proposta que limita os gastos públicos**

LUCIANO COELHO  
REPÓRTER DE POLÍTICA

Oito dos dez deputados e dois dos três senadores da bancada do Piauí votam a favor da proposta de emenda à Constituição (PEC 241/2016) que estabelece um teto nos gastos públicos e limita o aumento das despesas do governo pelos próximos 20 anos. Pelo texto, o reajuste será de acordo com a inflação do ano anterior. Somente a senadora Regina Sousa (PT) e os deputados Silas Freire (PR) e Assis Carvalho (PT) votam contra a proposta do governo.

proposta do governo.

Colocada em discussão ontem na Câmara Federal, a PEC propõe limitar o crescimento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos ao percentual da inflação nos 12 meses anteriores. Na prática, a medida congela os gastos do governo, já que a reposição da inflação apenas mantém o mesmo poder de compra do Orçamento. Essa é a principal medida do governo para ajustar as contas



Foto: Agência Brasil

SESSÃO de ontem na Câmara Federal, que discutiu a aprovação da PEC que limita os gastos públicos no Governo

públicas e combater a crise do que gasta, o governo consi- ser votada novamente. A dis-

públicas e combater a crise econômica. Mas é criticada pela oposição porque poderá reduzir o valor investido em educação e saúde.

Anteontem, o presidente Michel Temer reuniu deputados e senadores da base aliada em jantar no Palácio do Planalto para discutir a votação da PEC. O principal objetivo da proposta é conter o avanço da dívida pública. A ideia é que ao arrecadar com impostos mais

do que gasta, o governo consiga reduzir o total da dívida pública. A medida foi aprovada por uma comissão especial da Câmara. Por se tratar de uma emenda à Constituição, ela precisaria de aprovação de pelo menos 308 deputados, o equivalente a 3/5 da Câmara, para seguir para o Senado.

Pelas regras da Câmara, após ter sido aprovada por uma comissão especial, a PEC teria que esperar cinco sessões até

ser votada novamente. A dispensa das duas sessões antes da votação precisava para ser aprovada apenas com o apoio da maioria dos presentes. Ontem, a base de apoio do presidente Michel Temer (PMDB) conseguiu aprovar na Câmara dos Deputados a supressão do intervalo de duas sessões para a votação em primeiro turno da PEC do Teto dos gastos públicos, por 255 votos a favor, 9 contrários e uma abstenção.

## PEC AFETA SAÚDE, EDUCAÇÃO E SOCIAL, DIZ WELLINGTON

O governador Wellington Dias (PT) se manifestou contrário à PEC 241, que limita os gastos públicos. Ele está cumprindo agenda em Brasília e defende mudanças na proposta. "Precisamos (governo federal, estados e municípios) ter uma pactuação e não apenas limitar os gastos. Mas eu acho que o centro disso é como ampliar investimentos. Então, do ponto de vista legal, há questionamentos. E do ponto de vista principal, em nome do controle de gastos, para reservar dinheiro", disse o governador.

Wellington disse que vê a PEC 241 como limitador de gastos com saúde e educação. "Na verdade, todo o esforço não é pensando nos interesses maiores do Brasil, mas pensando como o Brasil pode até não honrar com a saúde, educação, o social, com as obras, mas não pode

deixar de honrar com o pagamento de juros e encargos da dívida", afirmou. Ele disse que um grupo de governadores apresentou uma proposta em que seria garantido pelo menos 10% para investimentos.

"Um conjunto de governadores apresentou uma proposta que limita em 90% todas as despesas, para que se tenha, no mínimo, 10% para investimentos. A proposta era de fazer isso entre 10 e 15 anos", explicou. "Quando teve a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando se implementou 25% para a educação, quando se limitou em 60% o gasto com pessoal ou 15% para a saúde. E garantir ampliação de investimento. Eu fico imaginando o Brasil tendo na área pública 5.600 municípios, 27 estados e mais o governo federal com pelo menos 10% para investir. É outro Brasil. Por isso, que eu insisto nessa posição", finalizou. (LC)

# Deputados começam a discutir Orçamento 2017

A Assembleia Legislativa começou a discutir o Orçamento Geral do Estado para 2017. O valor é de R\$ 11.504.336.793,00, dos quais R\$ 7.885 bilhões ficam para o Executivo; R\$ 534,892 milhões para o Judiciário; R\$ 314,581 milhões para o Legislativo; R\$ 185.456 milhões para o Ministério Público; e R\$ 107,959 milhões para o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI).

O valor final do Orçamento será de R\$ 9.257.335.807,00, depois de deduzidas as contribuições do Estado ao Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério) e as transferências constitucionais aos municípios. A relatoria da peça orçamentária ficou com a deputada Flora Izabel (PT), presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação.

De acordo com o Orçamen-

to apresentado na Assembleia Legislativa, houve um crescimento de 1.02% em relação ao ano anterior. Flora Izabel disse que a Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa se reúne hoje para começar a discutir a matéria. No dia 18, ela vai submeter aos membros da comissão o calendário para a tramitação da proposta, inclusive as datas para a discussão com os representantes dos demais Poderes e órgãos auxiliares.

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado João de Deus Sousa (PT), disse que os poderes sempre reclamam por mais recursos, mas lembra da situação de crise econômica e que o Orçamento cresceu apenas 1% em relação ao ano passado.

Em seguida, os deputados vão propor emendas, contemplando obras e serviços que considerem prioritários. (LC)

## Orçamento 2017 - Valores para os Poderes

Executivo.....	R\$ 7,885 bilhões
Legislativo.....	R\$ 314,581 milhões
Judiciário.....	R\$ 534.892 milhões
MPE.....	R\$ 185.456 milhões
TCE-PI.....	R\$ 107.959 milhões
Defensoria Pública.....	R\$ 77.911 milhões
Empresas estatais.....	R\$ 17.656 milhões

## Ex-prefeitos de Oeiras e Barras são condenados

A 3ª Vara da Justiça Federal condenou o ex-prefeito de Oeiras, Benedito de Carvalho Sá, o B. Sá, pela prática de improbidade administrativa cometida durante sua gestão. O ex-prefeito de Barras, Francisco Marques da Silva, também foi condenado pela prática de improbidade administrativa. As denúncias foram feitas pelo Ministério Público Federal.

De acordo com a ação do procurador da República, Antônio Cavalcante de Oliveira Júnior, o ex-prefeito de Oeiras teria fracionado indevidamente licitação para contratação de serviços de consultoria jurídica e assessoria em diversos órgãos municipais. Todas as contratações teriam ocorrido entre janeiro e fevereiro de 2009, quando B. Sá era prefeito de Oeiras.

Ele foi condenado à suspensão dos direitos políticos por 6 anos; ao pagamento de multa

civil no valor de R\$ 100 mil com correções a ser revertido ao erário de Oeiras; proibição de contratar com o Poder Público, inclusive de Oeiras, pelo prazo de 5 anos. Cabe recurso contra a decisão. O juiz da 3ª Vara Federal do Piauí condenou o ex-prefeito de Barras, Francisco Marques da Silva, ao pagamento de multa de R\$ 20 mil e à perda dos direitos políticos por 3 anos.

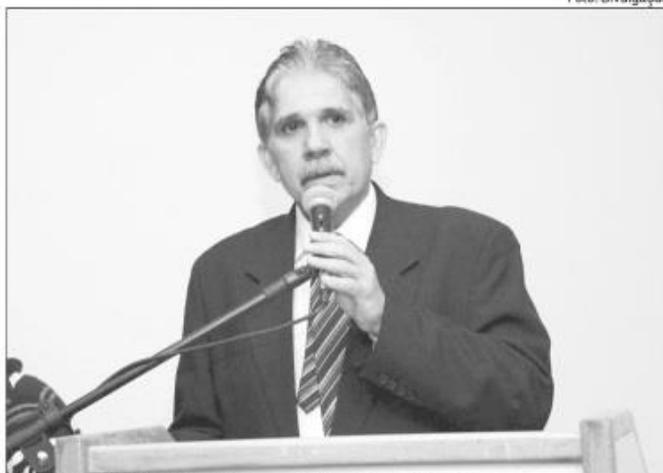
Segundo a denúncia formulada pelo Ministério Público Federal através do procurador da República, Marco Aurélio Adão, Chico Marques deixou de responder a várias requisições de informações solicitadas pelo Ministério Público Federal. As requisições faziam parte de procedimentos administrativos instaurados pelo MPF. Ainda cabe recurso contra a decisão. Chico Marques foi prefeito de Barras no período de 2010 a 2012, eleito em pleito suplementar.

# TCU impede novos contratos para obras

Foto: Divulgação

O Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu acórdão 2435/2016 que impede a Agespisa (Empresa de Águas e Esgotos do Piauí) de celebrar novos contratos, mediante convênios federais, para obras de esgotamento sanitário na zona Sul de Teresina. A decisão ocorreu após o TCU decidir anular em 2015 a rescisão unilateral do contrato 42/2010 feita pela Agespisa com a construtora Jole, para obras de esgotamento sanitário na zona Sul.

"Em relação aos direitos da construtora Jole, a priori não há providências a cargo deste tribunal, vez que os recursos, vez que os recursos federais deixarão de financiar as obras em questão. Entretanto, não se pode admitir eventuais tentativas indevidas da Agespisa de celebrar contratos com outras empresas,



**FLORENTINO FILHO**, do Senge-PI: decisão do TCU barranovos contratos

mediante novos convênios federais, de forma a descumprir determinação constante no acórdão 252/2015-TCU-Plenário", afirma o relator do processo, ministro Augusto Nardes.

O presidente do Sindicato dos

Engenheiros do Estado do Piauí (Senge-PI), Florentino Filho, explica que, com a decisão, a empresa que assumir a gestão do saneamento de Teresina, através da subconcessão que está em fase de licitação, não

poderá obter recursos federais para realizar obras de esgotamento na região Sul. "Dessa forma, a ampliação do esgotamento desta região só poderá ser realizado com recursos próprios da empresa, ou do Governo do Estado ou com verbas adquiridas pela cobrança de tarifas dos usuários", diz ele.

A Agespisa alegou que não haveria como cumprir a decisão porque o Ministério das Cidades encerrou o termo de compromisso 0224.287-88, detentor dos recursos para a referida obra. Com isso, a Caixa Econômica não analisou o projeto de execução para repasse de valores federais, motivo pelo qual não daria para a Agespisa cumprir as determinações do acórdão 252/2015 do tribunal, que tratavam da anulação da rescisão contratual com a construtora Jole.

## Tribunal de Contas requisita informações

Na decisão 2435/2016, o TCU determinou ainda que o Ministério das Cidades envie no prazo de 60 dias providências em relação aos desembolsos federais já efetuados pelo contrato 0224.287-88, incluindo eventual instauração

de tomadas de contas especial para quantificar dano e qualificar os responsáveis, considerando ainda possível prejuízo ao erário em caso de utilização de recursos federais em obras sem finalidade pública.

E, ainda, que a Agespisa

envie no mesmo prazo as providências pelo não cumprimento da ordem do tribunal para anulação unilateral do contrato 42/2010, firmado com a Construtora Jole. As informações constam no processo 007.526/2014-8 do TCU, que

negou pedido da Agespisa para reexame ao acórdão 252/2015 que determinou a anulação do ato de rescisão contratual 42/2010 com a construtora Jole, para obras de ampliação do esgotamento sanitário na zona Sul de Teresina.



COLUNA  
**OPINIÃO**

Da Redação de Política - [opinião@meionorte.com](mailto:opinião@meionorte.com)

### **CONDENADO - I**

O Ministério Público Federal no Piauí (MPF/PI) obteve na 3ª Vara da Justiça Federal a condenação do ex-prefeito de Oeiras, B. Sá, pela prática de improbidade administrativa. Ele teria fracionado indevidamente licitação para contratação de serviços de consultoria jurídica e assessoria em diversos órgãos municipais. Ele perdeu os direitos políticos por 6 anos; ao pagamento de multa no valor de R\$ 100 mil.

### **CONDENADO - II**

O MPF/PI obteve na 3ª Vara da Justiça Federal a condenação do ex-prefeito de Barras, Francisco Marques da Silva, pela prática de improbidade administrativa. De acordo com a ação do procurador Marco Aurélio Adão, o ex-gestor deixou de responder a várias requisições de informações solicitadas pelo Ministério Público Federal. O juízo da 3ª Vara Federal condenou o ex-gestor ao pagamento de multa de R\$ 20 mil e suspensão dos direitos políticos por três anos.

11/10/16, 09:51

## "Reajustes salariais em 2017 podem causar colapso", diz secretário

 FACEBOOK

 TWITTER



 Imprimir

Secretário de Planejamento fala do orçamento para 2017



### Confira também

[Seplan realiza oficinas para a elaboração da Lei Orçamentária](#)

[Antônio Neto: "Orçamento do Piauí não será deficitário"](#)

[Notícia da Manhã entrevista secretário de planejamento do PI sobre o orçamento 2017](#)

O Orçamento Geral do Estado (OGE) tramita na Assembleia Legislativa do Piauí e deve ser aprovado em dezembro. A Receita Geral do Estado (receita bruta) foi estimada em R\$ 11,5 bilhões. O secretário estadual de Planejamento, Antônio Neto, ressalta que, em termos reais, o orçamento será menor do que 2016, cujo valor foi de R\$ 11,3 bilhões de receita bruta, e comprometerá reajustes salariais.

planejamento do PI sobre o orçamento 2017

Planejamento recebe missões do Banco Mundial no Piauí

"Se a gente aumentar os gastos além daquilo que a receita pode crescer, vamos entrar em colapso. A situação do orçamento de 2017 está dentro da situação nacional que de crise econômica. O Estado do Piauí vai ter o orçamento do próximo ano, em termos reais, menor do que este ano. Em resumo, o ano de 2016 foi pior que 2015 e o de 2017 será menor do que 2016. É uma situação preocupante", ressalta o gestor.

Antônio Neto atribui os valores a queda de receita e cita, por exemplo, perdas no Fundo de Participação contabilizadas em mais de R\$ 300 milhões.

"Apesar de ter crescido, o ICMS não responde na mesma proporção que vinha respondendo em anos anteriores. Há uma situação deficitária grave de queda de receita. Acredito que hoje não há um gestor público no Estado e no país que não saiba da situação difícil que estamos enfrentando. O orçamento reflete a realidade e é uma proposta de estimativa de crescimento da receita em 2017, com base no ano anterior. Assim, a gente

estabelece uma previsão de despesa com base naquilo que os órgãos e poderes demandam", explica Neto.

O secretário ressalta ainda que, no projeto de Lei Orçamentária para o próximo ano, o valor total previsto é de R\$ 11,5 bilhões, mas a receita corrente líquida (base de repasse para os poderes) ficará em torno de R\$ 6,8 bilhões. "No ano passado o valor aprovado foi de R\$ 6,7 bilhões. Então, o crescimento é praticamente negativo", frisa.

Graciane Sousa  
gracianesousa@cidadeverde.com

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/231789/reajustes-salariais-em-2017-podem-causar-colapso-diz-secretario>

# TCU impede novos contratos para obra de esgotamento na zona sul



Imprimir

## Confira também

Retomada licitação de subconcessão e abertura de envelopes será dia 7

STJ derruba liminar e libera subconcessão da Agespisa

Edital para subconcessão da Agespisa será lançado este mês

Agespisa: Edital de subconcessão será lançado dia 20 de dezembro

Uma decisão do Tribunal de Contas da União impede que a Agespisa celebre novos contratos com recursos do governo federal para obras de esgotamento na zona Sul de Teresina. Com isso, as obras de ampliação e melhoria do sistema de esgotamento na região, que estão em fase de licitação pela subconcessão, só podem ser concluídas por uma empresa que já havia sido contratada para o serviço. Além disso, o TCU cobrou o Ministério das Cidades sobre os desembolsos federais já efetuados e os que retornaram.

De acordo com o acórdão, que tem como relator o Ministro Augusto Nardes, a empresa Jole Ltda havia sido contratada, mediante licitação, para a execução do serviço. No entanto, a Agespisa alegou que não haveria como cumprir a decisão porque o Ministério das Cidades encerrou o termo de compromisso 0224.287-88, detentor dos recursos para a referida obra. Com isso, a Caixa Econômica não teria analisado o projeto de execução para repasse de valores federais, motivo pelo qual não daria para a Agespisa cumprir as determinações do acórdão 252/2015 do tribunal, que tratavam da anulação da rescisão contratual com a construtora.

Antonio Florentino, presidente do Sindicato dos Engenheiros, acompanhou toda a movimentação e explica que a empresa conseguiu na justiça ser a detentora da execução da obra, o que deve limitar a ação da empresa que ganhar a licitação da subconcessão da Agespisa, já que não poderá obter recursos

federais para realizar obras de esgotamento na região Sul. "Nenhuma empresa pode assumir o esgotamento da zona sul e a empresa responsável pela obra só não terminou porque houve um destrato. Ela entrou com ação no TCU e retomou o contrato", explica.

Zênite Informação

**Curso de licitação em Brasília**  
Renegociação dos contratos. Confira conteúdo e inscreva-se!

EDIMARFONACIONAL ZÊNITE  
ALTERAÇÃO E RENEGOCIAÇÃO  
DOS CONTRATOS, RESCISÃO,  
APLICAÇÃO DE SANÇÕES -  
ASPECTOS FUNDAMENTAIS E  
APLICADOS  
21 E 22 • NOVEMBRO • 2016  
BRASÍLIA/DF

O TCU definiu que o Ministério das Cidades deve enviar, "no prazo de 60 dias, as providências tomadas em relação aos desembolsos federais já efetuados, relativos ao Contrato de Repasse 0224.287-88/2007, incluindo eventual instauração de tomada de contas especial para quantificar dano e qualificar responsáveis, considerando possível prejuízo ao Erário acaso utilizados recursos federais em obras sem finalidade pública".

A Agespisa também foi notificada a enviar ao TCU em 60 dias as providências tomadas considerando o não cumprimento da determinação para anulação da rescisão unilateral do Contrato 42/2010, celebrado com a Construtora Jole Ltda, bem como a Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí a monitorar o cumprimento das determinações.

O diretor da empresa Jole, o engenheiro José Leal, explica que a obra vem se arrastando há mais de seis anos e que beneficiaria milhares de famílias. Ele reclama que houve má vontade do governo para a execução da obra. "É um absurdo. É um grande desperdício de dinheiro público. Depois que começamos a obra, disseram que tinha que mudar projeto, pois o pessoal do bairro Areias não queria uma estação de tratamento lá. Ainda fizemos 40km de rede [de esgoto] e a obra parou porque não pagaram. Em dezembro de 2012 parou de vez. A Agespisa decidiu rescindir o contrato. Ainda hoje tem material lá pago com recurso da União", explica.

A obra consiste em 270km de rede de esgoto em diversos bairros da zona Sul, além de uma estação de tratamento, estação elevatória e ligações domiciliares e, de acordo com o engenheiro, a empresa entrará com uma ação para garantir que os recursos do Ministério das Cidades retorne e seja aplicado novamente na obra. "A obra tem que ser feita. A Justiça vai ter que decidir a questão de direito", finaliza.

*Diego Iglesias*  
*Redacao@cidadeverde.com*

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/231748/tcu-impede-novos-contratos-para-obra-de-esgotamento-na-zona-sul>

# Líder do Governo prevê votação do Orçamento até 20 de dezembro



Imprimir

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado João de Deus (PT), prevê que até o dia 20 de dezembro - uma terça-feira -, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano deva estar aprovado. Porém, como já é praxe, até ir a plenário, o proposta orçamentária deverá ser alterado para atender às reivindicações dos dirigentes dos demais Poderes, que sempre reclamam por mais recursos.

## Confira também

Orçamento 2016 é lido na Alepi; Sead terá maior verba e Seid a menor

Wellington Dias tem maioria para aprovar Orçamento 2015 na Alepi

Na última sessão do ano, Alepi vota orçamento 2015

Elivaldo Barbosa comenta aprovação na Alepi do Orçamento do Estado para 2016

“Todos os anos é a mesma coisa: todos querem um pouco mais. O governo vai estar aberto a negociar com os Poderes, mas sempre respeitando a legislação, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, e levando em consideração o equilíbrio financeiro do Estado e os efeitos da crise financeira na gestão pública, nas contas do Executivo”, ressaltou o líder.

O relator da proposta orçamentária deve estabelecer um calendário para tramitação da matéria na Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, a quem compete a exclusividade da apreciação do OGE. Dentro deste calendário os deputados deverão discutir a proposta com os setores da sociedade e apresentar suas emendas.

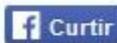
O relator na Comissão de Finanças vai ouvir as demandas dos Poderes, receber as emendas parlamentares e elaborar o parecer, com as alterações na proposta original encaminhada pelo governador Wellington Dias.

Fonte: Alepi



Link: <http://cidadeverde.com/noticias/231744/lider-do-governo-preve-votacao-do-orcamento-ate-20-de-dezembro>

# Orçamento 2017: quanto devem receber MP, TJ e Defensoria Pública



Compartilhar

0



0



Mais cedo o blog informou sobre a divisão das receitas dentro do [Orçamento](#) Geral do Estado, para o poder Executivo ([leia aqui](#)).

## Agora, vejamos os números do Judiciário:

Tribunal de Justiça R\$ 534.892.667,00

Corregedoria Geral da Justiça R\$ 5.259.286,00

Fundo [Especial](#) de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Piauí R\$ 7.468.000,00

Escola Judiciária do [Estado](#) do Piauí R\$ 2.000.000,00.

## Ministério Público

Procuradoria Geral da Justiça R\$ 185.456.302,00

Fundo Especial do Ministério Público R\$ 500.000,00

Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor R\$ 1.780.000,00.

## Defensoria Pública

Defensoria Pública do Estado R\$ 77.911.418,00

Fundo de Modernização e Aparelhamento da Defensoria Pública R\$ 500.000,00

## TCE

Tribunal de Contas do Estado: R\$ 107.959.061,00

Fundo de Modernização do Tribunal de Contas: R\$ 8.153.822,00

*Fonte: Alepi*

Link: <http://180graus.com/banda-larga/orcamento-2017-quanto-devem-receber-mp-tj-e-defensoria-publica>

# TCE recomenda reprovação das contas do ex-prefeito Carlos Marques

A decisão de emitir o parecer prévio recomendando a prestação das contas ocorreu de forma unânime, de acordo com o a manifestação do Ministério Público de Contas.

JOCIARA LUZ

10/10/2016 @ 19h57



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado emitiu parecer prévio recomendando a reprovação das contas de gestão da Prefeitura Municipal de Paes Landim, exercício de 2011, sob a gestão do ex-prefeito Carlos Alberto Marques de Carvalho. A decisão da Primeira Câmara do TCE ocorreu em Sessão Ordinária no dia 14 de junho.

De acordo com o órgão técnico do Tribunal de Contas, no período em que Carlos Marques esteve à frente da Prefeitura Municipal de Paes Landim (01/01 a 16/06/2011), não foi possível calcular os índices legais e constitucionais, considerando que a prestação de contas não ocorreu em conformidade com a Resolução TCE nº 905/09, art. 16, § 2º. Vários documentos deixaram de ser encaminhados, tais como os Demonstrativos da Receita Corrente Líquida, Demonstrativos das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

No período de março a junho de 2011 foi aberto um processo de Tomada de Contas de Gestão (TC/010068/2013), considerando o não encaminhamento da devida prestação de contas. Na ocasião, o ex-prefeito foi devidamente notificado, contudo, não apresentou defesa.

A decisão de emitir o parecer prévio recomendando a prestação das contas ocorreu de forma unânime, de acordo com o a manifestação do Ministério Público de Contas. Participaram do julgamento, além do relator do processo, conselheiro Kleber Dantas Eulálio, os conselheiros Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho e Jaylson Fabianh Lopes Campelo e o representante do MPC, Procurador-Geral Plínio Valente Ramos Neto.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-recomenda-reprovacao-das-contas-do-ex-prefeito-carlos-marques-402636.html>

# Entidades de combate à corrupção querem evitar anistia a caixa 2 eleitoral

Embora o caixa 2 já seja tipificado como crime, as instituições que fazem campanha pelas medidas de combate à corrupção defendem que os partidos políticos também sejam penalizados pela prática

Agência Brasil | 11 de Outubro de 2016, 10:51



A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei 4850/16, que propõe dez medidas de combate à corrupção, discutiu hoje (10) em audiência pública as sanções para quem pratica caixa 2 nas campanhas eleitorais.

A principal preocupação das entidades que propõem as medidas, lideradas pelo Ministério Público Federal, é que um grupo de parlamentares consiga, por meio de manobras, anistiar a prática de caixa 2 ocorrida no passado. Durante o debate de hoje, o relator da comissão, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), disse que não há chance de isso acontecer, classificou qualquer tentativa nesse sentido de “gambiarra legislativa” e defendeu que o caixa 2 seja tratado claramente na tipificação penal.

“Essa audiência é para repor as coisas no devido lugar. Esse é um tema complexo e problemático, que vai ser tratado com a luz acesa, com objetividade e com direito ao contraditório.”

Embora o caixa 2 já seja tipificado como crime, as instituições que fazem campanha pelas medidas de combate à corrupção defendem que os partidos políticos também sejam penalizados pela prática e que ela seja incluída na Lei das Eleições como uma variação da lavagem de dinheiro, aumentando a punição também na legislação eleitoral.

O ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral José Eduardo Rangel de Alckmin, que participou da audiência pública desta segunda-feira, disse que uma nova lei sobre o tema não vai retroagir para aumentar a punição nem para anistiar os crimes cometidos no passado. “Fatos anteriores à nova tipificação não deixarão de ser crime.”

O vice-procurador geral eleitoral Nicolao Dino também fez avaliação semelhante sobre a validade da nova lei. “Havendo nova tipificação, não há possibilidade de retroatividade de lei penal. Os fatos anteriores continuarão a ser apenados à luz da legislação que estava em vigor no momento (Artigo 350 do Código Eleitoral), apesar das dificuldades de sua aplicação.”

No entanto, segundo o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Cristiano Avila Maronna, a redundância legislativa em torno da prática de caixa 2 pode levar à impunidade, porque restaria dúvida se a instância competente para avaliar o caso seria a Justiça criminal ou a eleitoral.

## **Fiscalização**

De olho em emendas legislativas que possam desvirtuar as medidas de combate à corrupção, o Movimento Vem pra Rua lançou hoje um site para mostrar o posicionamento dos deputados em relação ao PL 4.850/16.

Pelo site, será possível acompanhar as alterações ao texto que forem apresentadas pelos deputados ao longo das discussões. Os contatos dos integrantes da comissão também estão disponíveis no site.

Esta manhã, o Mude – movimento da sociedade civil contra a corrupção – também fez uma mobilização nas redes sociais convocando os internautas a postarem fotos e vídeos em apoio ao projeto de lei com a hashtag #LutePelas10Medidas. O grupo também mantém uma página no Facebook.

O projeto em tramitação na Câmara foi inspirado no documento Dez Medidas contra a Corrupção, elaboradas pelo MPF e apoiadas por entidades da sociedade civil e mais de 2 milhões de assinaturas de cidadãos.

Além do combate ao caixa 2, o texto prevê medidas como criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos, aumento de penas dos casos de corrupção e seu enquadramento como crime hediondo no caso de altos valores, reforma no sistema de prescrição penal, e celeridade em ações de improbidade administrativa, entre outras.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/381802/entidades-de-combate-a-corrupcao-querem-evitar-anistia-a-caixa-2-eleitoral>